

# BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXV nº 1414 | 20/11/2017 a 26/11/2017

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

MERCADO

## PARA ONDE VÃO OS PREÇOS?

Com oferta em alta e consumo retraído, cotações dos oito principais produtos agropecuários foram ladeira abaixo. Cenário futuro é nada promissor

[sistemafaep.org.br](http://sistemafaep.org.br)

FALTAM

0 4 2

DIAS

Para inscrição no CAR  
e adesão ao PRA



**PRA**



# Aos leitores

As cotações dos principais produtos agropecuários do Paraná estão em queda. A maioria das análises de especialistas ouvidos pela reportagem é desanimadora em suas projeções para o futuro. Puxado pela grande oferta do mercado externo de grãos, e retração no consumo interno, o quadro é incerto. A previsão é que os preços pagos aos produtores “andem de lado” e/ou até caiam. Com este cenário, preocupados, produtores de soja e milho seguram estoques à espera de dias melhores. Outras cadeias torcem pelo reaquecimento da economia brasileira.

**Boa Leitura!**

## Expediente

### • FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

**Presidente:** Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita  
**Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti |  
**Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

### • SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

**Conselho Administrativo** | **Presidente:** Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curí Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

### • BOLETIM INFORMATIVO

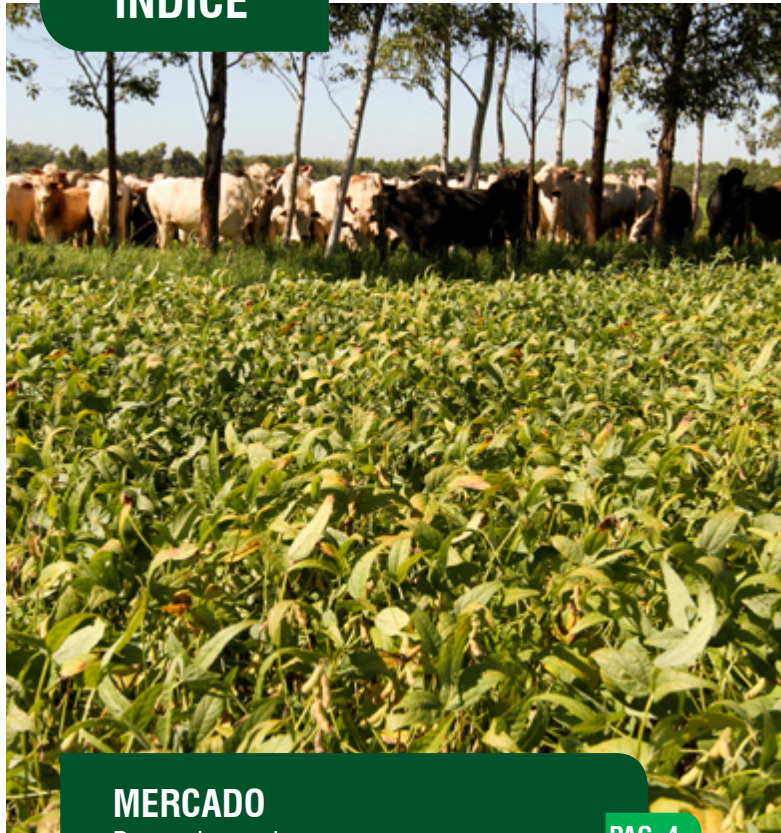
**Coordenação de Comunicação Social:** Cynthia Calderon | **Edição:** Ricardo Medeiros  
**Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski e Carlos Guimarães Filho  
**Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuei  
**Contato:** [imprensa@faep.com.br](mailto:imprensa@faep.com.br)

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1414:

Fernando Santos, Giuliano Gomes, Milton Dória, Shutterstock,  
Divulgação e Arquivo FAEP

## ÍNDICE



### MERCADO

Pouca demanda para muita oferta

PAG. 4

### RESISTÊNCIA

Dificuldade de combater ervas daninhas

Pág. 10

### SENAR-PR

Projetos do Prosolo recebem recursos

Pág. 14

### HISTÓRIA

Uma revolução cultural no Brasil

Pág. 16

### REFORMA TRABALHISTA

Assessor jurídico da FAEP esclarece alterações na legislação

Pág. 20

### MEIO AMBIENTE

Capacitação para o CAR e PRA

Pág. 22

# Declarar o Paraná área livre da aftosa sem vacinação é um estímulo à economia



O Paraná não pode mais esperar. É por isso que precisamos somar forças para que o plano de antecipar o fim da vacinação contra a febre aftosa no rebanho bovino seja concluído em 2018. O encaminhamento de um manifesto ao governador Beto Richa – assinado por mais de 200 entidades ligadas à produção pecuária do Estado, como associações, cooperativas e sindicatos, é uma demonstração de que o setor está unido para tornar o nosso Estado área livre da aftosa sem vacinação.

O Programa Nacional para Erradicação da Febre Aftosa do Ministério da Agricultura prevê área livre em novembro de 2020 e, assim, o reconhecimento da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) só viria em 2023.

Porém, o empenho dos criadores de animais de corte e o trabalho dos órgãos de fiscalização sanitária conquistaram um grau de confiabilidade que possibilita a revisão desses prazos.

Tornando-se área livre de febre aftosa sem vacinação, no ritmo esperado pelo restante do Brasil, o setor produtivo de proteínas animais passaria por uma transformação muito positiva, pois facilitaria a inclusão da carne bovina e de outros animais em mercados mais concorridos e valiosos.

Enquanto a vacinação for mantida, 65% dos países que consomem carne suína vão continuar evitando a nossa produção. Hoje não temos acesso a mercados importantes, como o Japão e a Coreia do Sul, que compram carne suína apenas de produtores que estão em áreas livres da aftosa sem vacinação. Esse isolamento e discriminação atrapalham toda a cadeia de produção e trazem prejuízos para o bolso dos criadores.

A exceção é Santa Catarina, que há dez anos é o único Estado brasileiro livre da doença sem vacinação e reconhecido internacionalmente.

Segundo dados da Secretaria da Agricultura de Santa Catarina, a posição sanitária trouxe um aumento de 80% nas receitas com exportação de carne suína e 76% no faturamento da carne de frango, que em 2016 atingiu a marca de 1,7 bilhão de dólares.

Ao longo dos últimos anos, todas as normas e recomendações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da OIE, responsáveis pelo reconhecimento nacional e internacional respectivamente, estão sendo seguidas para alcançar o padrão almejado por aqui.

Os números de vacinação contra a febre aftosa no Paraná são altos, atingindo índices superiores a 95%. A maior parte das propriedades com bovinos é georreferenciada e a meta é chegar a 100% até o final de novembro.

O setor agropecuário, por meio de suas lideranças, junto com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), tem demonstrado ter condições reais de se antecipar na transição e levar, com segurança o nosso Estado a ocupar o status de área livre de febre aftosa sem vacinação, trazendo benefícios, com o aumento da receita e maior geração de empregos. O meu apoio para essa conquista está garantido.

**Plauto Miró Guimarães Filho,**  
deputado estadual e primeiro  
secretário da Assembleia  
Legislativa do Paraná





# Estoques cheios, bolso vazio

Diante do cenário desanimador, produtores buscam informações de como as cotações dos principais produtos do agronegócio paranaense irão se comportar

Por André Amorim, Antonio Senkovski e Carlos Guimarães Filho

A lei da oferta e procura, que determina os preços do mercado, tem tirado o sono dos produtores paranaenses. Nos últimos 12 meses, com estoques de passagem em alta em função das boas produtividades aqui e lá fora e o consumo em baixa em função da crise econômica, as

cotações dos oito principais produtos da agropecuária estadual (soja, milho, trigo, feijão, frango, suíno, boi e leite) registraram redução. Basta ver o milho, cultura com peso significativo na economia estadual, pelo fato do Paraná ser o segundo maior produtor do país. No período entre outu-





bro de 2016 e o mesmo mês deste ano, o grão teve queda de 34,8% no preço pago ao agricultor.

Sem exceção, a cotação deste pacote de produtos, que somados representam 64% do Valor Bruto de Produção (VBP) do setor, teve queda no intervalo de 12 meses, segundo levantamento da Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual de Agricultura (Seab) (veja no gráfico na página 6). Cenário que gera preocupação e, mais que isso, exige um esforço extra da porteira para dentro para fechar as contas no azul.

Para piorar o cenário, as projeções dos analistas e técnicos ouvidos pela reportagem do Boletim Informativo da FAEP não são animadoras. Diante da possível concretização de uma nova safra cheia de grãos no Paraná, acompanhada de boa temporada nacional e nos Estados Unidos, principais expoentes da agricultura mundial, aliada a eficiência estadual nas proteínas, que bate consecutivos recordes de produção, os preços devem “caminhar de lado”, e, em alguns segmentos, podem cair ainda mais.

“Tudo depende da conjuntura, do nível de consumo, da produção, da oferta, mas os preços devem continuar pressionados. O produtor tem que ganhar em produtividade,

estar ligado nos detalhes, saber quando vender, otimizar a produção. Atitudes que precisam ser tomadas quando as cotações estão em baixa”, aponta Marcelo Garrido, economista do Deral.

Os casos da soja e do leite são emblemáticos para entender o comportamento dos mercados de grãos e proteínas, que não reagem nem mesmo com o crescimento nas exportações do agronegócio brasileiro. A principal commodity agrícola mundial registra elevação do estoque final da safra 2017/18 – 97,90 milhões de toneladas –, de acordo com o último relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda). Ou seja, não há consumo suficiente, nem mesmo com o apetite chinês, para dar uma injeção de ânimo nas cotações. Ao contrário, o cenário é preocupante, tanto que o grão registra queda de 8,7%.

No leite acontece a mesma coisa. Em 2016, o Paraná atingiu a marca de 4,7 bilhões de litros de leite, crescimento de 1,5% em relação ao ano anterior. Como a crise econômica derrubou o poder de compra da população, o consumo de produtos lácteos como iogurte e queijo também caiu. Com oferta elevada e demanda retraída, o preço do produto teve baixa de 19,4%.

## Ladeira abaixo

Nos últimos 12 meses, os oito principais produtos da cesta do agronegócio paranaense registraram queda no preço pago ao produtor, exigindo esforço redobrado do setor produtivo.

	OUT 2016	OUT 2017	%
<b>Soja</b>	R\$ 66,08	R\$ 60,32	↓ -8,7
<b>Milho</b>	R\$ 32,11	R\$ 20,91	↓ -34,8
<b>Trigo</b>	R\$ 35,40	R\$ 32,34	↓ -8,6
<b>Feijão Preto</b>	R\$ 208,51	R\$ 109,64	↓ -47,4
<b>Feijão de Cor</b>	R\$ 244,58	R\$ 89,96	↓ -63,2
<b>Boi Gordo</b>	R\$ 149,50	R\$ 139,09	↓ -6,9
<b>Frango Vivo</b>	R\$ 2,84	R\$ 2,45	↓ -13,7
<b>Suíno</b>	R\$ 3,67	R\$ 3,54	↓ -3,5
<b>Leite</b>	R\$ 1,39	R\$ 1,12	↓ -19,4

Fonte: Seab

## Grãos

O declínio na soja tem lastro nas safras recordes nos Estados Unidos e na América do Sul no ciclo 2016/17, e a desvalorização do real frente ao dólar (da casa dos R\$ 4 para R\$ 3), explica o analista da consultoria Safras e Mercados, Paulo Molinari. A configuração de uma nova safra recorde norte-americana faz Molinari ver uma possível retomada nos preços apenas se houver novidades em termos de perdas na América do Sul. “A demanda não consegue sozinha ter potencial suficiente para alavancar os preços. Para isso, seria preciso um novo problema de oferta. Daqui até março vamos ficar em cima das condições climáticas, que podem trazer alguma variável na Bolsa de Chicago. Temos também o fator câmbio, com um ano eleitoral difícil pela frente aqui no Brasil”, analisa.

Com os preços abaixo do que os produtores esperavam no último ciclo, a comercialização da soja ficou mais lenta do que o costume. Isso traz problemas aos produtores em algumas regiões que represaram mais produto, pois quando entrar a safra 2017/18, ainda haverá estoques significativos do ciclo anterior. Nas contas da Safras e Mercados, 6 milhões de toneladas da safra passada, contra



Paulo Molinari





Ana Paula Kowalski

média histórica entre 1 e 2 milhões de toneladas.

Nas últimas semanas, a cotação da soja em Chicago chegou a dar sinais de reação com a expectativa do mercado de queda nos estoques mundiais da soja. “O fator de suporte ao mercado permanece sendo o bom ritmo das exportações americanas e o aumento de 2% na demanda chinesa, estimada em 97 milhões de toneladas nesse relatório de novembro do Usda”, comenta a engenheira agrônoma Ana Paula Kowalski, do Departamento Técnico Econômico da FAEP.

No milho, as notícias não são boas para quem apostou na cultura no verão e pretende investir na safrinha. Os Estados Unidos estão em fase final da colheita de mais uma safra recorde: 370,3 milhões de toneladas. “Os estoques de passagem elevados por lá já começam a sinalizar uma possível redução de área plantada para a próxima temporada”, revela Ana Paula.

No Brasil, a safra recorde de milho no ciclo 2016/17 inundou o mercado e fez os preços recordes do ciclo anterior se dissolverem. Com cotações baixas, os produtores seguraram ao máximo as vendas, o que têm garantido as cotações do cereal no mercado interno. “Tem que ficar atento porque vai chegar uma hora que será preciso desocupar espaço nos armazéns”, diz Camilo Motter, analista de mercado da Granoeste – Corretora de Cereais e Sementes. “Se realmente se confirmar a ocorrência de um *La Niña* como alguns meteorologistas têm defendido, provavelmente o Rio Grande do Sul [maior produtor de milho de verão] pode ter quebra mais significativa e interferir nos preços”, pondera.

Segundo a consultoria Safras e Mercados, quando começar a colheita da safra de verão, o Brasil terá ainda em seus armazéns 20 milhões de toneladas de milho para vender. O normal é que haja, em média, entre 3 a 5

milhões de toneladas.

Nem mesmo quando ocorre quebra na safra os preços reagem. Caso do trigo, com produção de 36% a menos no volume em relação ao ciclo anterior, conforme o Deral. “Isso ocorreu não pelo produto utilizado ou descuido no manejo. Aconteceu porque o clima não ajudou”, reforça Daniel Kümmel, presidente do Sinditrigo-PR e diretor comercial do Moinho Arapongas. De acordo com Kümmel, o que pode trazer segurança para os produtores apostarem no cultivo no próximo ciclo é uma possível reação no dólar, principal balizador de preços do cereal.

Com esse cenário, Gabriel Martins Ferreira, analista de mercado da AF News Agrícola, sinaliza que a área de trigo deve cair pelo segundo ano consecutivo no Paraná (no último ciclo a área semeada encolheu 13%, segundo o Deral). “Quem tem a cultura de plantar trigo, é especializado, vai apostar. Outros vão plantar milho safrinha, que tem custo maior, mas sabe que consegue vender”, prevê.

No feijão, a principal preocupação agora se dá em relação ao clima, já que a primeira safra foi atingida por excesso de chuva. Caso aconteçam perdas, as cotações podem reagir, segundo o presidente do Instituto Brasileiro do Feijão e Pulses (Ibrafe), Marcelo Lüders. “É possível que esses problemas tragam um cenário positivo de preço no primeiro trimestre de 2018, mas a partir do segundo, com a implantação da segunda safra de feijão [a maior do Paraná, campeão de produção do alimento], os preços têm uma tendência de cair”, revela.

Para Lüders, a solução que os produtores devem buscar é a de diversificar a produção. O feijão carioca responde por 65% do consumo nacional, mas é só consumido no Brasil. No caso de excedente, não há a alternativa de exportação, como com outras variedades.



Marcelo Lüders

## Proteínas

No que se refere à bovinocultura de corte, também houve uma redução no preço pago aos pecuaristas do Estado, tanto na arroba do boi gordo, quanto para os animais de engorda. De acordo com a consultora de mercados Isabella Camargo, da Scot Consultoria, a explicação para este movimento está na demanda. Diante da atual conjuntura econômica, os brasileiros consumiram menos carne bovina.

“Normalmente o segundo semestre tem preços maiores para o boi gordo, fruto da maior demanda das festas de fim de ano, entrada do 13.º salário. Em 2016, por conta da crise, aumento de desemprego, queda nas contratações no período de festas, isso não aconteceu. Houve uma redução na demanda”, explica.

Por enquanto, os preços continuam em patamares baixos, mas segundo a analista, mais firmes neste segundo semestre de 2017. “Deve haver uma recuperação”, analisa.

Ainda segundo Isabella, o Brasil exporta cerca de 20% da sua produção, quantidade que, em um ano de demanda interna ruim, é importante para segurar os preços. “Na comparação entre outubro de 2016 e 2017 tivemos um aumento de 3,6% no volume exportado e 9,9% em faturamento. O preço ficou melhor e nós também passamos a exportar cortes com maior valor agregado”, diz.

A queda no preço pago aos produtores de leite também reflete o descompasso entre oferta e demanda. De um lado a oferta cresceu puxada pelo preço menor dos grãos (principalmente o milho), importante insumo desta cadeia. De outro lado, a queda no consumo se explica pela situação da economia, que impacta nos produtos lácteos de maior valor agregado, os primeiros a serem cortados pelos consumidores em tempos de crise.

Vale lembrar que diferente de commodities como a soja e o milho, cuja produção varia conforme a safra, no caso do leite, o volume produzido pode ser facilmente ajustado. “Você pode dar diversos tipos de suplementação alimentar para os animais, que a produção responde rapidamente. O produtor é muito sensível à sua margem de lucro”, observa o professor da área de economia rural da UFPR José Roberto Canziani.

Deste modo, os pecuaristas já estariam ajustando sua produção ao mercado. “O preço varia muito rapidamente em função da demanda. Em outubro foi um nível baixo historicamente. Isso já desestimula a produção”, afirma Canziani.

No caso das cadeias de frango de corte e suínos, a queda nos preços pagos aos produtores teve sua origem na redução do custo de produção, puxada, principalmente, pela baixa dos insumos para fabricação de ração, na avaliação do presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Francisco Turra. “Essa não é uma regra para todo Brasil”, afirma. Segundo ele, na maioria dos Estados não houve grandes variações de preço.

Ocorre que o Paraná, além de ser um grande produtor de grãos, também é o principal produtor de frangos do país e segundo colocado no abate de suínos, de modo que esse



Isabella Camargo

impacto ficou mais evidente. Ainda, as duas proteínas sofreram com a operação Carne Fraca da Polícia Federal, e acabaram perdendo parte de seus mercados internacionais por um curto espaço de tempo, que agora já foram retomados. Neste período, a oferta interna dos produtos também cresceu, pressionando os preços para baixo.

A receita cambial também entra na conta, pelo perfil exportador do Paraná. “No mercado externo, queda de 1% nas vendas de carne de aves e 4% no suíno. Mas em receita cambial, temos 7% a mais para aves e 15% a mais para suínos, entre janeiro e outubro”, aponta Turra.

Para o ano que vem, o dirigente da ABPA prevê um aquecimento no consumo e equilíbrio nos preços. “Vai ser um ano bem mais estável, com aumento de consumo interno e demanda bem aquecida pelo mercado externo. Sem grandes surpresas. Projeção de aumento na produção de 2% nas aves e 3% nos suínos”, avalia.



Francisco Turra



# Clima favorável

A influência da *La Niña*, as perspectivas para a próxima safra e soluções para a cultura do trigo no Paraná foram debatidas durante a reunião da Comissão de Cereais da FAEP



Nelson Harger, coordenador estadual de grãos da Emater

Desde o início de novembro, vivemos sob a influência do fenômeno climático *La Niña*, que vem provocando tempo mais seco para as lavouras paranaenses. “Devemos ter uma boa safra de soja. O grande risco é a cultura que vem na sequência, como o milho safrinha, que vai pegar um *La Niña* intenso”, a afirmação é do coordenador estadual de grãos da Emater, Nelson Harger, que apresentou a palestra “Tendências climáticas para a safra 2017/18” durante reunião da Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP, realizada em Curitiba, no dia 13 de novembro.

Na ocasião, Harger destacou a necessidade de os produtores rurais buscarem informações climáticas constantemente para planejar suas atividades. “No cenário atual, não é concebível você ser surpreendido pelo que vai acontecer com o clima nos próximos 15 dias”, disse.

Durante o encontro, os participantes relataram como está o andamento das lavouras em suas respectivas regiões. Os dados vão ajudar a formar um quadro geral da produção de grãos no Paraná. A situação do trigo colhido recentemente preocupa vários produtores, que relataram uma safra com baixa qualidade.

Este é um tema que vem recebendo atenção especial

da comissão, uma vez que o cereal de inverno é estratégico para a segurança alimentar e, também, para a rotação de culturas e produção de cobertura para o solo. Os resultados recentes têm desestimulando os produtores a continuarem apostando na cultura. Com isso, a área plantada com o cereal vem encolhendo ano após ano.

Segundo o presidente da comissão, Ivo Arnt Filho, a FAEP vem trabalhando na elaboração de um projeto para reinserir o trigo no sistema produtivo paranaense, de modo a remunerar adequadamente o produtor. “Queremos que o trigo seja economicamente viável, para isso temos que plantar um material que tenha liquidez”, afirmou.

O Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP elaborou o Projeto de Segregação do Trigo por Grupo de Cultivar no Paraná, que tem como

objetivo minimizar um dos principais problemas da cadeia, a segregação do trigo conforme sua finalidade industrial na produção de farinhas. “Trata-se de um produto muito mais complexo do que commodities como a soja e o milho”, observa a engenheira agrônoma do DTE da FAEP, Ana Paula Kowalski.

O projeto prevê a seleção das cultivares de melhor desempenho na moagem para os diferentes fins (bolachas, pães, massas, etc) e a divulgação de uma tabela de classificação separando estas cultivares em grupos com características industriais semelhantes.

Outra demanda na área do trigo foi sobre o zoneamento agrícola de risco climático do cereal. Foi encaminhado um ofício ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) solicitando que seja aperfeiçoada a metodologia utilizada para calcular o zoneamento, de modo que os riscos da cultura não sejam subestimados.

Durante a reunião da comissão técnica, o pesquisador Dionísio Gazziero, da Embrapa Soja, discorreu sobre as boas práticas agrícolas para o manejo de plantas daninhas resistentes a herbicidas (leia mais sobre esse tema na página 10).

# Ervas que dão prejuízo

Plantas daninhas resistentes a herbicidas competem com as culturas comerciais e aumentam custo de produção

Por André Amorim



A Buva é uma das principais plantas daninhas que prejudicam a lavoura da soja

A teoria da seleção natural das espécies, que imortalizou o naturalista britânico Charles Darwin (1809-1882), também serve para explicar o mecanismo pelo qual muitas plantas daninhas estão mais resistentes ao controle dos produtores rurais, trazendo prejuízos para atividade agrícola.

Trata-se de uma ocorrência natural que acontece quando esses vegetais se adaptam ao ambiente. Esse processo é acelerado pelo uso incorreto ou excessivo de herbicidas, que acaba selecionando os indivíduos mais resistentes a esses produtos, criando gerações de superervas daninhas.

Segundo recente estudo da Embrapa Soja, a resistência de algumas espécies a agroquímicos vem trazendo sérios impactos econômicos à atividade produtiva. No caso da soja, o gasto com o controle das áreas infestadas com plantas resistentes representa um incremento médio de cerca de R\$ 5 bilhões por ano em aplicações (na comparação com

áreas sem esse problema). De acordo com informações da Circular Técnica nº 132, da instituição de pesquisa, de agosto de 2017, “se foram acrescentadas a este custo de controle, perdas médias de 5% da cultura da soja em função da competição com a população resistente, o custo total no Brasil poderia atingir R\$ 9 bilhões anualmente”.

Para o pesquisador Dionísio Gazziero, da Embrapa Soja, um dos autores do documento técnico, a pesquisa vem mostrando a redução progressiva da eficiência de herbicidas e também fungicidas. “O que pode, no futuro, tornar a cultura da soja inviável”, alerta.

O levantamento da Embrapa mostrou que a presença de plantas daninhas resistentes ao glifosato elevou o custo de controle entre 42% e 48% para infestações isoladas de buva (*Conyza bonariensis*, *C. canadensis*, *C. sumatrensis*), e azevém (*Lolium multiflorum*), respectivamente, e





Capim-amargoso

até 165% a mais no caso do capim-amargoso (*Digitaria insularis*). A pior situação foi verificada nas infestações mistas de buva e capim-amargoso, que chegaram a um aumento médio de 222%, sendo que em casos extremos, os gastos com controle podem aumentar 403%.

E não é só o custo com aplicações adicionais que impacta negativamente a renda do produtor. A presença de ervas daninhas na lavoura reduz a produtividade das culturas comerciais. “Tem que lembrar que essas plantas vão estar competindo por água, luz e nutrientes”, aponta Gazziero. Em casos extremos, a buva e o capim amargoso, podem reduzir a produtividade da soja em mais de 75% e o azevém reduzir a produtividade do trigo em 70%. “O próprio milho voluntário (guaxo) causa esse problema”, aponta.

No caso do produtor Linori Lídio Cella, de Toledo (Oeste do Paraná), o problema foi com o picão-preto (*Bidens pilosa*). “Ano retrasado perdi umas oito sacas de soja por hectare com essa planta”, lembra Cella. Há quatro anos, o produtor teve problema com a buva. “Andou escapando e tive que entrar com um herbicida mais potente para poder controlar”, conta. Na época, ele gastou R\$ 200 a mais por hectare com aplicações. “É bastante dinheiro”, reconhece.

Sua estratégia para controlar a buva é plantar aveia depois do milho safrinha para fazer a cobertura. “Outra prática que eu pretendo adotar é plantar braquiária junto com o milho. As ervas daninhas aparecem justamente onde não existe cobertura”, observa.

A visão de Cella vai ao encontro dos ensinamentos dos especialistas da Embrapa. “Você pode resolver muitos problemas com uma cobertura, isto é, com o plantio de braquiária, de aveia, de trigo, espécies que produzem uma boa massa e eliminam, ou reduzem significativamente, essas plantas daninhas de forma natural”, explica Gazziero.

Em Teixeira Soares, região Sudeste do Estado, o produtor Cleberson Sima conta que lida há um bom tempo com uma “mancha” na sua lavoura de feijão, onde há uma infestação de leiteiro (*Euphorbia heterophylla*) com resistência a herbicidas. “No ano em que eu planto milho para silagem e depois feijão, não há o que tire. Só na enxada”, conta. Segundo ele, trata-se de um pedaço pequeno (cerca de um hectare em uma área total de 13 hectares), mas que já apresenta prejuízos. “Nessa área infestada, eu calculo 30% de perda do feijão”, avalia.

## Relatos

Os primeiros relatos de plantas resistentes a herbicidas ocorreram em 1957 e eram relacionados ao produto 2,4-D. Segundo o estudo da Embrapa, atualmente são 480 casos específicos de biótipos de plantas daninhas imunes a herbicidas, sendo 251 espécies e 163 ingredientes ativos, abrangendo 91 culturas distribuídas em 69 países”. No Brasil, o primeiro caso de erva daninha resistente foi registrado em 1993.

Uma nova fase na história destas plantas ocorreu na



Milho voluntário resistente a herbicida



Dionísio Gazziero, da Embrapa Soja

esteira da popularização da soja RR, variedade transgênica imune ao herbicida glifosato. O uso intensivo deste produto acabou selecionando sete espécies de plantas resistentes: azevém, buva, capim-amargoso, caruru-palmeri (*Amaranthus palmeri*) e o capim pé-de-galinha (*Eleusine indica*).

De acordo com Gazziero, da Embrapa, a área infestada com buva imune ao glifosato no Brasil é de 15,8 milhões de hectares, enquanto o capim-amargoso e o azevém ocupam 8,2 milhões de ha e 4,2 milhões de ha, respectivamente.

A buva resistente está presente em praticamente todas as regiões do Paraná, sendo um dos Estados mais afetados do país. De acordo com a circular técnica da Embrapa, o custo adicional com o controle da planta no sistema de produção de soja é estimado entre R\$ 971,7 milhões e R\$ 1,6 bilhão, com incremento médio de R\$ 1,3 bilhão por ano em todo Brasil.

O azevém com resistência ao glifosato também ocorre apenas na região Sul do país. Seu custo de controle adicional situa-se entre R\$ 577,3 milhões e R\$ 1 bilhão, com crescimento anual de R\$ 813,7 milhões. No caso do capim-amargoso, o custo suplementar para controle varia entre R\$ 1,4 bilhão e R\$ 2 bilhões por ano e tem um aumento estimado em R\$ 1,75 bilhão/ano.

Analisando toda área de soja com presença de plantas daninhas resistentes, os custos de controle situam-se entre R\$ 3,7 bilhões e R\$ 6 bilhões, com incremento anual de R\$ 5 bilhões por ano.

## MIP

Segundo Gazziero, não é apenas no reino vegetal que o uso inadequado de agroquímicos vem selecionando uma população imune à ação desses produtos. “O mesmo ocorre com fungos, plantas, pragas: Estamos usando de uma forma não adequada esses produtos. Não adianta querer utilizar o mesmo todos os anos e a todo momento. Temos que organizar a utilização de diferentes produtos, quando eu uso continuamente aquele mesmo eu seleciono os indivíduos resistentes, que ficam e se multiplicam”, explica.

Nesse sentido, o Manejo Integrado de Pragas (MIP), Manejo Integrado de Doenças e de plantas daninhas são opções interessantes. “Por que não fazer o MIP, se ele está dando bom resultado?”, questiona, referindo-se à técnica que utiliza os próprios organismos presentes nas lavouras para combater os insetos e lagartas, reduzindo muitas vezes a necessidade de aplicação de inseticidas – e consequentemente a seleção de indivíduos resistentes. O SENAR-PR oferece curso de MIP.

Caso não haja conscientização por parte dos agricultores, o problema deve se agravar e não há no horizonte perspectiva da introdução no mercado de novos produtos. “Não tem novidade chegando”, adverte Gazziero.

## Prevenção

- **Métodos preventivos:** cuidados na aquisição de sementes; limpeza de máquinas e equipamentos, especialmente as colheitadeiras; manutenção de beiras de estrada, carreadores e terraços livre de infestantes.
- **Manejo adequado:** diminuição dos períodos de pousio; produção de palhada para cobertura do solo; utilização de cultivares adaptadas em espaçamento entre linhas e populações adequadas; rotação de culturas.
- **Método químico:** a principal ação é a utilização de herbicidas de diferentes mecanismos de ação, em diferentes sistemas de controle, como a integração da aplicação de herbicidas pré e pós-emergentes, na mesma área de cultivo.

Fonte: Embrapa



# Desafios para 2018

Comissão de Bovinocultura de Leite da FAEP define plano de ação para fortalecer ainda mais a cadeia produtiva estadual



Presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, fala durante encontro da Comissão de Bovinocultura de Leite

A última reunião de 2017 da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da FAEP, realizada no dia 14 de novembro, na sede da entidade em Curitiba, serviu como palco para definição da agenda estratégica para 2018. De uma forma geral, os integrantes avaliaram o ano em vigência como “bom” para o setor, principalmente diante das dificuldades enfrentadas na temporada passada. Porém, para o próximo ano, a Comissão estabeleceu uma série de medidas para reforçar ainda mais a cadeia produtiva paranaense.

“Temos muitos assuntos de interesse geral, como Reforma Trabalhista, eleições e Código Florestal, que estamos dando atenção. No leite, precisamos, cada vez mais, diversificar para dividir custos e procurar mercados internacionais para atender a oferta nacional”, ressaltou Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

O mercado brasileiro atravessa uma situação contrastante. Por um lado, a elevação da produção. Em 2016, o Paraná, segundo maior produtor do país, atingiu a marca de 4,7 bilhões de litros de leite, aumento de 1,5% na comparação com 2015. Em contrapartida, principalmente em função da crise econômica, queda no consumo de vários

produtos lácteos e de leite também. As vendas de queijo e iogurte, por exemplo, caíram a níveis de 2007/08.

“Temos que perseguir a sustentabilidade da cadeia produtiva. E isso passa pela participação no mercado internacional. Com o aumento da produção, inserção no exterior não é uma escolha, mas uma necessidade”, destacou Ronei Volpi, presidente da Comissão.

O cenário internacional mostra que possíveis compradores do leite brasileiro (e paranaense) podem estar bem próximos. Países como Bolívia, Peru, Equador e Colômbia registram um consumo inferior a 70 litros por habitante por ano. Na Austrália, cada cidadão consome 342 litros/ano. Aqui ao lado mesmo, na Argentina, a média é de 188 litros/habitante/ano.

“Não precisamos ir longe para vender nosso leite. Mas precisamos fazer a tarefa de casa, com foco principalmente em qualidade, sanidade e tecnologia”, disse Volpi.

Também ficou acertado que, ao longo de 2018, as reuniões da Comissão de Bovinocultura de Leite da FAEP serão mensais, junto com o Conseleite. E, um evento maior, provavelmente com palestrantes e/ou visitas técnicas, irá acontecer a cada trimestre.

# SENAR-PR libera R\$ 1,9 mi para projetos de conservação

Com o recurso, 35 trabalhos ligados ao Prosolo começam a rodar. Expectativa é, ao término de quatro anos, produzir livro sobre o tema



*Pesquisadores selecionados para desenvolverem projetos voltados à conservação do solo*

Os 35 projetos aprovados – sete megaparcelas e 28 subprojetos – em chamada pública realizada pela Fundação Araucária, parceira no Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo), começaram oficialmente a rodar por todo o Estado. No dia 16 de novembro, o SENAR-PR liberou a primeira parcela de R\$ 1,93 milhão, de um total de R\$ 6 milhões, para que os técnicos e especialistas selecionados comecem a desenvolver estudos para a retomada de técnicas conservacionistas de água e solo. Outros R\$ 6 milhões serão repassados pela Fundação Araucária.

“O SENAR-PR está apoiando este trabalho por ser uma demanda dos produtores rurais paranaenses. Temos a necessidade de realizar novas pesquisas e, posteriormente,

partilhar e aplicar os resultados na formulação de novos cursos de capacitação em recuperação de solos”, explica o presidente do Conselho Administrativo da entidade, Ági-de Meneguette.

O pacote de projetos é bastante diversificado, permitindo, no futuro um rico acervo de informações. Inclusive, a proposta é reunir os dados finais das pesquisas para publicação de um livro. “Nosso objetivo é reunir os dados de todas as regiões, para gerar um modelo para servir de base para os futuros projetos. Queremos, ao término dos trabalhos, elaborar a bíblia, o manual paranaense de conservação de solo e água”, ressalta Cleverson Vitorio Andreoli, consultor do SENAR-PR.

Confira detalhes dos projetos aprovados:



## Mesorregião 1 – Campos Gerais

A região reúne dois subprojetos, um sobre aplicação de dejetos líquidos bovinos de longo prazo em plantio direto e implicações nas perdas de solo, água e nutrientes, enquanto o outro trata do monitoramento de populações de minhocas em diferentes sistemas de produção agropecuária nos Campos Gerais. Esse trabalho envolvendo o monitoramento de minhocas será desenvolvido em todas as mesorregiões.

## Mesorregião 2 – Ponta Grossa

A previsão é desenvolver três subprojetos dentro da área da fazenda da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com 80 hectares. Os trabalhos irão tratar de modelos para diagnóstico de processos erosivos em solos agrícolas, processos hidrológicos, erosão hídrica e qualidade da água em sistema de plantio direto e sistemas de produção e rotação de culturas em plantio direto na região Centro-Sul do Paraná.

## Mesorregião 3 – Guarapuava

Em uma área de 200 hectares, no distrito de Entre Rios, serão desenvolvidos seis subprojetos, relacionados a indicadores químicos do solo, crescimento de raízes, produtividade e rentabilidade de sistemas de manejo e conservação do solo sob plantio direto, físicos do solo em sistemas de manejo e conservação do solo, monitoramento da cobertura vegetal e de fluxo de gases de efeito estufa, microbiológicos do solo sob plantio direto associado a outras práticas conservacionistas e de qualidade do solo em sistemas integrados de produção agropecuária.

## Mesorregião 4 – Sudoeste

Sete subprojetos serão desenvolvidos na área de 62 hectares da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, envolvendo plantas de cobertura e sistemas de preparo do

solo, atributos químicos e biológicos do solo e produtividade das culturas em áreas agrícolas com e sem controle mecânico de erosão, avaliação in loco da eficácia e qualidade dos sistemas de conservação terraceados em uso e hidrossedimentológico em microparcelsas, com aplicação de dejetos de animais, modelagem dos processos erosivos na mesorregião por meio da análise massiva das propriedades químicas, físicas e biológicas do solo utilizando rede neural artificial e efeitos de longo prazo de sistemas de manejo do solo e de plantas de cobertura de inverno em rotação com soja e milho em um latossolo vermelho.

## Mesorregião 5 – Norte

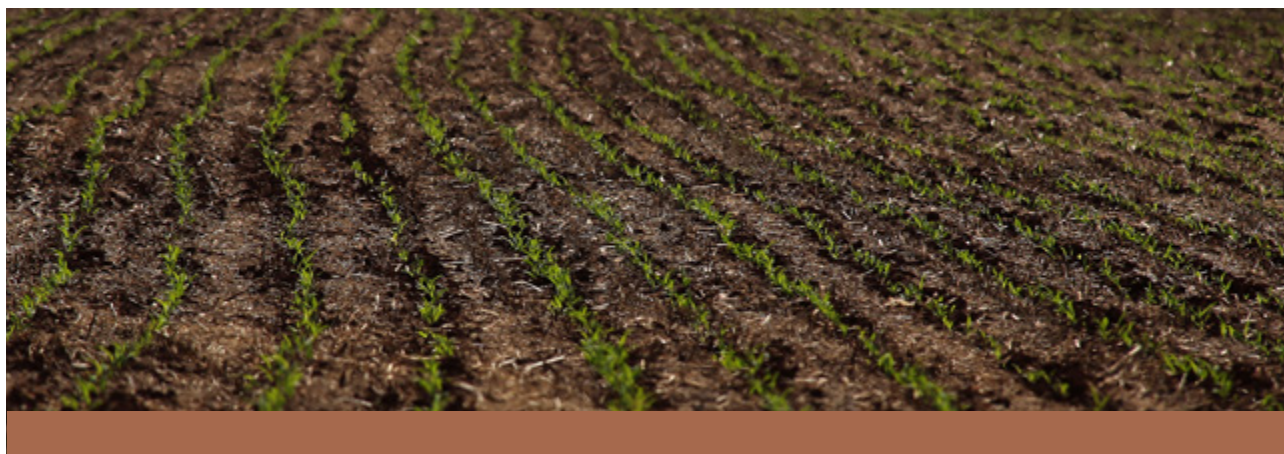
Os subprojetos desta localidade incluem manejo, estrutura e condutividade hidráulica do solo, monitoramento do processo erosivo em megaparcelsas sob plantio direto e área contribuinte adjacente, da atividade microbiana e populações de fungos micorrízicos arbusculares em megaparcelsas sob plantio direto, com e sem terraceamento.

## Mesorregião 6 – Oeste

Os projetos já em andamento, instalados em uma área de 103 hectares junto ao Rio Lopei, em Toledo, envolve espacialização dos atributos dos solos em escala de detalhe: subsídios para o manejo e conservação dos solos e perdas de água, solo e nutrientes em latossolo argiloso sob sistemas de uso e manejo.

## Mesorregião 7 – Noroeste

Por último, na região Noroeste, serão desenvolvidos subprojetos de produção de cana-de-açúcar e decomposição da palhada em sistemas conservacionistas no Arenito Caiuá, estudo do desenvolvimento de sistemas erosivos de pequeno (sulcos e entre sulcos) e grande porte (voçorocamento) por meio de monitoramento com sistema laser (Lidar) acoplado em veículo aéreo não tripulado.



# MISSÃO *Francesca*

---

**Pintores, escultores e arquitetos  
contribuíram para transformar a arte  
no Brasil e registrar os costumes da  
então colônia portuguesa**



*Debret, Le Breton  
e Taunay*



A vinda da corte de Dom João VI (1767-1826) para o Brasil, em 1808, provocou mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas na então colônia portuguesa. A chegada da família real, que abandonou Lisboa às pressas para evitar ser capturada pelas tropas do imperador francês Napoleão Bonaparte (1769-1821), transformou o cotidiano do Rio de Janeiro, em especial. A cidade foi alçada a capital do Reino Unido de Portugal e Algarves.

Por cerca de 300 anos, desde a chegada dos portugueses em terras brasileiras, pouco ou quase nada foi investido no país pelos dominantes. A partir de 1808, tudo mudou. Abertura dos portos às nações amigas, criação do Banco do Brasil e da Biblioteca Nacional e um salto no desenvolvimento das artes no país.

A educação formal estava defasada na colônia,

principalmente após a expulsão dos jesuítas, responsáveis pela condução da formação dos brasileiros de então. Uma das medidas de Dom João VI, e de seu ministro Antonio de Araújo Azevedo, o conde de Barca (1754-1817), foi instituir um ensino regular de artes no Brasil.

Com o fim da guerra contra a França, em março de 1816 aportaram por aqui os integrantes da Missão Artística Francesa. Chefiada por Joachim Le Breton (1760-1819), o grupo era composto, entre outros, pelos pintores Jean-Baptiste Debret (1768-1848) e Nicolas-Antoine Taunay (1755-1830), o escultor Auguste Marie Taunay (1768-1824) e o arquiteto Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny (1776-1850).

A Missão Francesa contribuiu com a profissionalização artística, formando uma geração de pintores e

arquitetos brasileiros. Eles também contribuíram para o registro do cotidiano (hábitos, vestuários, danças e celebrações) do Brasil colônia e de sua gente, em seus aspectos sociais, etnográficos e das paisagens urbanas e rurais. Os integrantes da missão fizeram uma série de retratos oficiais de personalidades e membros da nobreza e registros variados da vida na corte.

Grandjean de Montigny trabalhou para transformar a paisagem urbanística do Rio de Janeiro. De seus projetos ainda está de pé a primeira sede da Alfândega (obra de 1820), que abriga atualmente a Casa França-Brasil.

O estilo que imperou nas artes e na arquitetura a partir da chegada dos franceses foi o neoclássico. O país ganhou ares de modernidade. Da equipe que integrou a missão, boa parte permaneceu no Brasil mesmo após a independência, em 1822.



Pintura de Debret registra cotidiano no Brasil-colônia



# Finalistas do PER

Vencedores serão conhecidos em 1º de dezembro, durante o Encontro Estadual de Empreendedores e Líderes Rurais



Os vencedores do Programa Empreendedor Rural (PER) serão conhecidos no dia 1.º de dezembro, durante o Encontro Estadual de Empreendedores e Líderes Rurais, no Expotrade Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba). Dez finalistas foram selecionados pela banca de avaliadores. Ao todo, foram analisados 102 projetos.

Os autores dos três melhores projetos desenvolvidos para instituir melhorias nas propriedades e tornar o negócio dos produtores mais competitivo terão direito a participar de viagem técnica internacional, para local ainda a ser definido, no próximo ano. Em 2017, os premiados foram para a Argentina.

Criado em 2003 pelo SENAR-PR, em parceria com a FAEP, Sebrae e Fetaep, o PER estimula as habilidades do produtor e desenvolve as competências empreendedoras para atuação em atividades econômicas, políticas e sociais sustentáveis. O programa possui cinco fases: diagnóstico, planejamento estratégico, estudo de mercado, engenharia de projetos e avaliações. Durante o evento são realizadas as Olimpíadas da Matemática e Português.

Município	Projeto	Autor
Assaí	Apicultura e produção de mel	Diogo Kazuiti Shimizu
Capitão Léonidas Marques	Implantação de pastagem irrigada de capim tifton 85 ( <i>Cynodon spp</i> ) para produção de feno	Eduardo Augusto da Cruz e José Augusto Camargo da Silva
Engenheiro Beltrão	Implantação da sericultura para complementação de renda	Flávia Coral e João Paulo Alves Dias
Guarapuava	Produção de frutas diferenciadas para fabricação de derivados gourmet	Bruno Sbardelotto Deparis e Katryell Iser Scopel
Marilândia do Sul	Construção de barracão para conforto animal e o uso de aplicativo para controle geral e redução de tempo de produção animal em confinamento no sítio Santa Luzia	Lucas Henrique de Lima Heron e Amadeu Gonçalves da Silva
Marquinho	Melhoramento da produção leiteira	Isaura Cardoso e Jossara Cardoso
Nova Aurora	Propriedade Sítio Nossa Senhora de Fátima	Arlindo Moraes e Chiara Mariana Schmitt Moraes
Porto Vitória	Introdução e melhoramento de pastagens para a produção de leite a base de pasto e aperfeiçoamento do sistema de integração lavoura-pecuária	Pedro Rodolfo Nielsen Filho
São João	Construção de barracão para implantação do sistema <i>Compost barn</i>	Ildo Vanderlei Kruger e Rosinei Ceresoli Kruger
União da Vitória	Construção de um <i>Compost barn</i> visando o bem-estar animal e produção de adubo orgânico	Gabriel Eduardo Nielsen



# Cinco décadas de história

Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon comemora 50 anos de luta em prol dos produtores



*Prefeita de Mercedes, Cleci Rambo Loff; presidente da Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon, Pedro Rauber; deputado federal Nelson Padovani; presidente do Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon, Valdemar Kaiser; presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette; prefeito de Marechal Cândido Rondon, Márcio Andrei Rauber; deputado estadual Elio Rusch e o presidente da Copagril, Ricardo Chapla.*

O Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon, na região Oeste do Paraná, comemorou os 50 anos de fundação da entidade, no dia 15 de novembro. A festividade foi realizada no Café Colonial, dentro do Parque de Exposições Governador Alvaro Dias. Cerca de 520 pessoas, entre produtores e autoridades participaram do evento. O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, acompanhado do consultor da FAEP Antônio Poloni e do assessor jurídico da Federação Klauss Dias Kuhnen, esteve presente na celebração.

Em seu discurso, Meneguette ressaltou a importância dos produtores rurais para a manutenção e existência dos sindicatos. “Não estaríamos comemorando os 50 anos do Sindicato se não fossem os produtores rurais da região, sempre presentes nas lutas em favor de quem tira o sustento do campo”, afirmou Meneguette. O presidente da Federação falou ainda sobre as mudanças provocadas pela reforma trabalhista, os benefícios da Lei de Integração, que estabeleceu a criação das Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadeacs), e os programas oferecidos pelo SENAR-PR.

O Sindicato de Marechal Cândido Rondon tem atualmente cerca de 1,1 mil filiados. A entidade nasceu como uma associação de produtores, em 3 de setembro de

1960. A entidade mantinha uma loja, na qual os produtores encontravam medicamentos para animais, sementes e máquinas de pequeno porte. Em 22 de dezembro de 1967, recebeu a carta sindical.

“A primeira diretoria assumiu em fevereiro de 1968. O primeiro presidente foi Almiro Bauermann. Nesses 50 anos, enfrentamos muitas batalhas, mas o sindicato sempre esteve à frente para apoiar os produtores”, contou Valdemar Eduardo Kaiser, atual presidente da entidade. Produtor de grãos, Kaiser tem mandato até 2019. Para ele, os sindicatos rurais vão enfrentar novas desafios, mas não podem perder suas essências. “Precisamos ser a reatguarda de quem produz.”

## Causas políticas

“As manifestações em nível nacional, principalmente relacionadas ao meio ambiente, contam sempre com o apoio dos produtores e do sindicato, que mais uma vez teve representantes em Brasília, lutando sobre questões socioambientais”, afirma Kaiser.

O Sindicato Rural de Marechal Cândido Rondon atua hoje em cinco municípios, com extensão de base em Quatro Pontes, Mercedes, Pato Bragado e Entre Rios do Oeste.

# Medida Provisória altera Reforma Trabalhista



por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

## Dano moral (Art. 223-G)

Pela MP, o cálculo dos valores a serem pagos em casos de condenação por danos morais levarão em consideração os valores dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social; e não mais o último salário recebido pelo trabalhador.

*Art. 223-G*

§ 1º Ao julgar procedente o pedido, o juízo fixará a reparação a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes parâmetros, vedada a acumulação:

I - para ofensa de natureza leve - até três vezes o valor do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

II - para ofensa de natureza média - até cinco vezes o valor do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

III - para ofensa de natureza grave - até vinte vezes o valor do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social; ou

IV - para ofensa de natureza gravíssima - até cinquenta vezes o valor do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

## Gestantes/lactantes (Art. 394-A)

O novo texto da Medida Provisória permite às gestantes atuarem em serviços insalubres de grau médio ou mínimo, desde que por vontade própria e mediante apresenta-

O governo federal editou a Medida Provisória nº 808, que traz ajustes na Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista). Essas mudanças já estão valendo, bem como as alterações promovidas pela lei, que passou a vigorar desde o último dia 11 de novembro. O Congresso Nacional terá até 120 dias para aprovar, mudar ou rejeitar esses ajustes.

Veja a seguir os principais itens alterados na MP comentados pelo assessor jurídico da FAEP Klaus Dias Kuhnen:

## Jornada 12hx36h (Art. 59-A)

O texto da Lei permitia que o ajuste fosse feito diretamente entre o trabalhador e o empregador, mas a MP exige que essa negociação seja feita mediante Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo de Trabalho.

*Art. 59-A. Em exceção ao disposto no art. 59 e em leis específicas, é facultado às partes, por meio de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas*



**ção de atestado de médico de sua confiança. Na previsão anterior (Lei 13.467/2017) o atestado era para recomendar o afastamento.**

Art. 394-A. A empregada gestante será afastada, enquanto durar a gestação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres e exercerá suas atividades em local salubre, excluído, nesse caso, o pagamento de adicional de insalubridade.

- I. REVOGADO
- II. REVOGADO
- III. REVOGADO

§ 2º. O exercício de atividades e operações insalubres em grau médio ou mínimo, pela gestante, somente será permitido quando ela, voluntariamente, apresentar atestado de saúde, emitido por médico de sua confiança, do sistema privado ou público de saúde, que autorize a sua permanência no exercício de suas atividades.

§ 3º. A empregada lactante será afastada de atividades e operações consideradas insalubres em qualquer grau quando apresentar atestado de saúde emitido por médico de sua confiança, do sistema privado ou público de saúde, que recomende o afastamento durante a lactação.

## **Autônomos (Art. 442-B)**

**A nova regra proíbe contratos que exijam exclusividade na prestação desses serviços.**

Art. 442-B. A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º desta Consolidação.

§ 1º É vedada a celebração de cláusula de exclusividade no contrato previsto no caput.

§ 2º Não caracteriza a qualidade de empregado prevista no art. 3º o fato de o autônomo prestar serviços a apenas um tomador de serviços.

§ 3º O autônomo poderá prestar serviços de qualquer natureza a

outros tomadores de serviços que exerçam ou não a mesma atividade econômica, sob qualquer modalidade de contrato de trabalho, inclusive como autônomo.

§ 4º Fica garantida ao autônomo a possibilidade de recusa de realizar atividade demandada pelo contratante, garantida a aplicação de cláusula de penalidade prevista em contrato.

§ 5º Motoristas, representantes comerciais, corretores de imóveis, parceiros, e trabalhadores de outras categorias profissionais reguladas por leis específicas relacionadas a atividades compatíveis com o contrato autônomo, desde que cumpridos os requisitos do caput, não possuirão a qualidade de empregado prevista o art. 3º.

§ 6º Presente a subordinação jurídica, será reconhecido o vínculo empregatício.

§ 7º O disposto no caput se aplica ao autônomo, ainda que exerça atividade relacionada ao negócio da empresa contratante.

## **Trabalho intermitente (Art. 452-A)**

**O texto também abrange o trabalho intermitente e regulariza essa modalidade ao descrever que, nessa categoria, a Carteira de Trabalho deve indicar o valor da hora ou do dia de trabalho dos empregados, assim como o prazo para o pagamento da remuneração.**

**A nova lei determina que o contratado tem o prazo de 24 horas para atender ao chamado quando for acionado. Também passa a ter direito a férias em até três períodos e salário-maternidade e auxílio-doença.**

Art. 452-A. O contrato de trabalho intermitente será celebrado por escrito e registrado na CTPS, ainda que previsto acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva, e conterá:

I - identificação, assinatura e domicílio ou sede das partes;

II - valor da hora ou do dia de trabalho, que não poderá ser inferior ao

valor horário ou diário do salário mínimo, assegurada a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno e observado o disposto no § 12; e III - o local e o prazo para o pagamento da remuneração.

§ 2º Recebida a convocação, o empregado terá o prazo de vinte e quatro horas para responder ao chamado, presumida, no silêncio, a recusa.

§ 4.º REVOGADO

§ 5.º REVOGADO

§ 6º Na data acordada para o pagamento, observado o disposto no § 11, o empregado receberá, de imediato, as seguintes parcelas:

§ 8.º REVOGADO

§ 10. O empregado, mediante prévio acordo com o empregador, poderá usufruir suas férias em até três períodos, nos termos dos § 1º e § 2º do art. 134.

§ 11. Na hipótese de o período de convocação exceder um mês, o pagamento das parcelas a que se referem o § 6º não poderá ser estipulado por período superior a um mês, contado a partir do primeiro dia do período de prestação de serviço.

§ 12. O valor previsto no inciso II do caput não será inferior àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função.

§ 13. Para os fins do disposto neste artigo, o auxílio-doença será devido ao segurado da Previdência Social a partir da data do início da incapacidade, vedada a aplicação do disposto § 3º do art. 60 da Lei nº 8.213, de 1991.

§ 14. O salário maternidade será pago diretamente pela Previdência Social, nos termos do disposto no § 3º do art. 72 da Lei nº 8.213, de 1991.

§ 15. Constatada a prestação dos serviços pelo empregado, estarão satisfeitos os prazos previstos nos § 1º e § 2º.

**Confira a íntegra da MP no nosso site: [www.sistemafaep.org.br](http://www.sistemafaep.org.br)**

# CAR e PRA são temas de treinamento

Sistema FAEP/SENAR-PR reuniu funcionários de sindicatos rurais para esclarecer as dúvidas na reta final do prazo da legislação ambiental



A engenheira agrônoma Carla Beck tira dúvidas sobre o preenchimento do CAR e do PRA

O prazo para fazer o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) vai até 31 de dezembro de 2017. Muitas dúvidas, porém, ainda acompanham os profissionais que estão diariamente no atendimento aos produtores rurais com a missão de ajudar nesse serviço. Por isso, o Sistema FAEP/SENAR-PR promoveu, no dia 14 de novembro, em Curitiba, mais um treinamento com funcionários de sindicatos rurais de todas as regiões do Estado.

Durante o dia todo, em formato de conversa, foram repassados conteúdos sobre o tema. Computadores conectados à internet instalados no local também permitiram aos participantes colocarem em prática aquilo que foi revisado nas palestras. “Com o prazo final de regularização se aproximando, precisamos ter ativa uma força tarefa que

possa levar informação com propriedade e qualidade aos produtores rurais”, diz a engenheira agrônoma do DTE/FAEP Carla Beck.

Acir Geraldo da Silva, gestor do Sindicato Rural de Ipiranga, foi um dos participantes do curso. Ele lembra que o CAR é um procedimento complexo e que a cada dia são descobertos pontos novos sobre ele. “É o segundo treinamento que a gente participa e as informações que viemos buscar aqui estamos aplicando e tentando de alguma forma sanar as dúvidas do produtor. Cursos assim têm que continuar acontecendo cada vez mais para que possamos levar a informação precisa ao produtor rural”, salienta.

Para Leizyane F. Perissin Kondrotowski, gestora no Sindicato Rural de Mandaguaçu – e que também participou da formação –, a troca de informações entre diferentes municí-





pios enriquece o debate. “Os produtores têm nos procurado com grandes dificuldades, com dúvidas que têm nos deixado inseguros. Nós viemos aqui no intuito de procurar solucionar as dúvidas do produtor para que a gente tenha um melhor atendimento. Vamos voltar ao nosso trabalho com diversas respostas sobre o que devemos fazer”, enfatiza.

## Outras instituições

A formação também foi aberta para profissionais de outras instituições que atuam com produtores rurais no Estado. Este é o caso de Alexandre Leoncio da Silva, funcionário do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), em Bela Vista do Paraíso. Ele relata que com vários cadastros já feitos, começaram as análises desses e as notificações para correções geram dúvidas. “Reunir as pessoas e fazer esse treinamento é uma iniciativa excelente, pois ajuda demais a nós que estamos diretamente no campo”, salienta.

## Trabalhadores

Com o prazo do CAR e do PRA na reta final e o aumento das dúvidas por parte de proprietários de imóveis no campo, a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná (Fetaep) também procurou ajuda da FAEP para promover um dia de treinamento aos filiados da instituição parceira. O curso ocorreu em Curitiba, em 13 de novembro, e teve um dia de duração. Foram cerca de 100 pessoas participantes, em sua maioria funcionários de sindicatos de trabalhadores rurais de todas as regiões do Estado.

Daiane Kiehl Ribeiro, assessora de meio ambiente da Fetaep, ressaltou que os prestadores de serviços nos sindicatos precisam estar “afiados” para dar respostas sobre o CAR e o PRA. “No curso, a gente trabalhou desde a parte prática, como a retificação da demarcação da propriedade

no mapa dentro do cadastro, e também a parte teórica, com questões como o que é uma reserva legal, como se desenha, o que é APP, o que é área consolidada. Eu gostei bastante justamente porque os profissionais da FAEP trouxeram esse tom dinâmico e interativo. Ajuda muito esse tom de conversa e orientação nas mesas”, afirmou Daiane.

Fabrizio dos Santos Alves, funcionário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Adrianópolis, avaliou a iniciativa como essencial. “Eu ainda não fazia o cadastro, por isso, está sendo uma experiência nova. Eu não sabia nada e nesse pouco período já aprendi muita coisa. Estamos nos atualizando para saber fazer certinho. Acho que vai ser muito proveitoso, depois de hoje vou estar bem mais preparado e inclusive vou começar a fazer os cadastros lá no meu sindicato”, disse Alves.

Paulo Cesar de Oliveira, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Flor da Serra do Sul, contou que quando soube da formação tratou logo de garantir uma vaga. “O treinamento é muito útil para o nosso dia a dia de prestar informações e auxiliar os produtores rurais com as questões legais. De agora em diante vai haver muitas retificações para fazer. Estão chegando vários alertas de sobreposição de área. Temos que estar prontos, inclusive, para seguir com o trabalho de ajustes no ano que vem com toda a questão da regularização ambiental”, explicou Oliveira.

Cleunice Carvalho Gelenski, funcionária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mandirituba, disse que a complexidade da legislação ambiental impõe uma série de dúvidas a quem faz o CAR. “Nós que já trabalhamos com o cadastro vemos muitas dificuldades, especialmente nessa hora de retificações. Muita coisa que a gente ainda não sabia e agora está tendo a chance de aprender, foi muito proveitoso. Com certeza é uma formação que vai agregar muito ao nosso trabalho do dia a dia.”

## Passo a passo

O Sistema FAEP/SENAR-PR elaborou uma cartilha com o passo a passo para a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). O material está disponível para download no site [www.sistemafeap.org.br](http://www.sistemafeap.org.br), no link publicações/outras publicações.

# FAEP quer reverter pontos de voto do ministro do STF

Estão sendo julgadas, em conjunto, ações que questionam o novo Código Florestal



O julgamento conjunto da Ação Declaratória Constitucionalidade (ADC) 42 e as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4901, 4902, 4903 e 4937, que questionam os dispositivos do Código Florestal (Lei 12.651/2012), foi suspenso diante do pedido de vista pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia.

O STF tinha retomado o julgamento no dia 8 de novembro e o ministro Luiz Fux foi o único a votar. Ele considerou constitucional a maior parte dos artigos que estavam sendo questionados. É importante ressaltar que ainda faltam o voto de 10 ministros e, para rebater os pontos considerados inconstitucionais pelo ministro Fux, a FAEP está estudando o tema e preparando memoriais aos ministros.

Um dos pontos mais questionados é o que cria o Programa de Regularização Ambiental (PRA), considerado

pelo ministro uma forma de anistia aos produtores rurais. Assim, Fux votou pela inconstitucionalidade dos artigos 59 e 60 do Código Florestal. O PRA é um instrumento considerado fundamental para o setor, por trazer um conjunto de ações ambientais a serem desenvolvidas pelo produtor, com objetivo de adequar e promover a regularização das propriedades rurais.

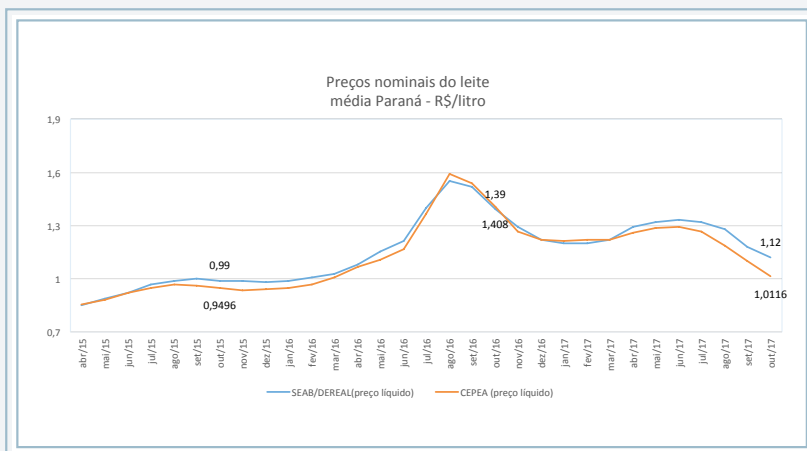
Outro ponto considerado inconstitucional pelo relator é a criação de regimes diferenciados de recomposição da vegetação para antes e depois do dia 22 de julho de 2008, ou seja, áreas consolidadas. O ministro considerou haver violação à Constituição Federal na isenção conferida aos produtores rurais. “Não encontrei justificativa racional para o marco temporal estabelecido pelo legislador”, afirmou Fux. Não há data para ser retomado o julgamento pelo STF.



# Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná / **CONSELEITE-PR**

## RESOLUÇÃO Nº 11/2017

A diretoria do Conseleite-Paraná, reunida no dia 14 de novembro de 2017, na sede da FAEP, na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em outubro de 2017 e a projeção dos valores de referência para o mês de novembro de 2017, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes.



## VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE\* - SETEMBRO E OUTUBRO/2017

Matéria-prima	Valores finais em setembro/2017	Valores finais em outubro/2017	Variação	
	(leite entregue em setembro a ser pago em outubro)	(leite entregue em outubro a ser pago em novembro)	(outubro - setembro)	Em %
Leite PADRÃO	0,9416	0,9069	-0,0347	-3,69%

## VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE\* - PROJETADOS PARA OUTUBRO e NOVEMBRO/2017

Matéria-prima	Valores projetados em outubro/2017	Valores em novembro/2017	Variação	
	(leite entregue em outubro a ser pago em novembro)	(leite entregue em novembro a ser pago em dezembro)	(novembro - outubro)	Em %
Leite PADRÃO	0,8965	0,9580	-0,0615	6,86

**Observações:** Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrurar de 2,3% a ser descontado do produtor rural.

Os valores de referência indicados nesta resolução para a matéria-prima leite denominada "leite padrão", se refere ao leite analisado que contém 3,50% de gordura, 3,10% de proteína, 400 mil células somáticas/ml e 300 mil ufc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de novembro de 2017 é de **R\$ 2,1173/litro.**

Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: [www.conseleitepr.com.br](http://www.conseleitepr.com.br)

Curitiba, 14 de novembro de 2017

**RONEI VOLPI** Presidente | **WILSON THIESEN** Vice - Presidente

## Vacinação contra a aftosa

A vacinação contra a febre aftosa termina no dia 30 de novembro. O Paraná tem 9,4 milhões de cabeça de gado. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a primeira etapa de imunização, realizada a partir de maio, atingiu 98,28% do rebanho nacional. O Paraná pretende alcançar o status de Estado livre da doença sem vacinação em 2021, antes do prazo estabelecido pelo governo, que é 2023.



## Revista do Sistema FAEP/SENAR-PR é reconhecida pelo Prêmio Franz Jaster

O Boletim Informativo do Sistema FAEP/SENAR-PR foi vencedor na categoria Jornalismo Impresso ou Online na 5ª edição do Prêmio Franz Jaster de Comunicação, promovido pela Cooperativa Agrária Agroindustrial e realizado pela Unicentro. A reportagem “Nova frustração abre espaço para variedades resistentes ao clima”, do jornalista Carlos Manoel Machado Guimarães Filho, foi publicada na edição nº 1410. Guimarães Filho já tinha conquistado o 2º lugar na mesma categoria em 2016. Os vencedores foram anunciados no dia 16 de novembro, em uma cerimônia no distrito de Entre Rios, em Guarapuava. A edição deste ano teve 39 trabalhos inscritos em cinco categorias – Fotografia; Jornalismo Impresso ou Online; Material Televisivo; Reportagem Radiofônica; e universitários. Na categoria Jornalismo Impresso ou Online foram 14 trabalhos. Os finalistas foram: Jornal Café Diário

(Rafael Ricardo de Oliveira) – Edição especial WinterShow – Excelência em cereais de inverno; Jornal Semanário Integração (Ana Júlia Nunes Tiellet) – Conservação do solo: uma ideia a ser cultivada; Revista do Produtor Rural (Geysica Reis e Luciana Bren) – WinterShow ofereceu conhecimento aliado as mais recentes tecnologias de cereais de inverno; Site Na Hora da Notícia (Kleber Erivelton Fernandes) – Edição 2017 do WinterShow recebeu cerca de 3.300 visitantes.



## RenovaBio

Um projeto de lei, que prevê a criação da Política Nacional dos Biocombustíveis (RenovaBio), começou a tramitar na Câmara dos Deputados. A proposta tem o objetivo de aumentar o uso de biocombustíveis no país e reduzir a emissão de gases poluentes na atmosfera, principal meta acordada pelo Brasil na 21.ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-21). O projeto estipula a

adição de biodiesel ao diesel em 15% até 2022 e em 20% até 2030. Atualmente, a mistura é de 8%, mas será elevada para 10% a partir de março do ano que vem. O texto prevê ainda aumento da mistura obrigatória de etanol anidro à gasolina (hoje em 27%) para 30% 2022 e depois para 40% até 2030. No total, a participação de etanol na matriz de combustíveis, considerando-se anidro e hidratado, deverá ser de 40% em 2022 e de 55% em 2030. A proposta está em regime de urgência na Câmara e a previsão de que seja votada ainda no primeiro semestre de 2018.



# Posse do Sindicato de Tapejara

A nova diretoria do Sindicato Rural de Tapejara (Noroeste paranaense) tomou posse no dia 9 de novembro. O presidente Sebastião Olímpio Santaroza foi reeleito para o triênio 2017/20. Tadashi Funayama (vice-presidente), Agenor Brégola (secretário) e Roberto Akira Funayama (tesoureiro) também compõem a diretoria do sindicato. A cerimônia de posse contou com a presença do vice-prefeito do município, Jair Peres, do presidente da Câmara de Vereadores, Rogério Francischini, entre outras autoridades. O diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, representou a instituição no evento.



## INFORME

Veja também no site  
[www.fundepecpr.org.br](http://www.fundepecpr.org.br)

### FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 31/10/2017

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS/ BANCÁRIAS	
	1-13	14						
Saldo C/C	382,05	-	-	-	-	-	151,83	230,22
Serviços D.S.A.	403.544,18	-	-	138.681,09	542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	40.190.507,68	-	2.341.952,64	-	46.829.893,38
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	4.164.557,73	-	181.518,99	-	16.516.964,56
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	4.041.567,47	-	-	-	7.866.102,10
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	158.272,17	-	-	-	235.594,95
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	15.538,49	-	-	-	21.377,10
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	198.461,40	-	-	-	282.469,31
Pgto. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
<b>TOTAL</b>	<b>20.744.564,05</b>	<b>4.624.105,00</b>	<b>141.031,00</b>	<b>48.907.586,04</b>	<b>542.225,27</b>	<b>2.664.502,63</b>	<b>77.719,26</b>	<b>71.675.064,20</b>
<b>SALDO LÍQUIDO TOTAL</b>								<b>71.675.064,20</b>

Ágide Meneguette  
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi  
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt  
Contadora | CO-CRC/PR-045.388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.



ANDIRÁ

### PRIMEIROS SOCORROS

O Sindicato Rural de Andirá promoveu, nos dias 26 e 27 de outubro, o curso Trabalhador na Segurança do Trabalho – Primeiros Socorros. Participaram 13 pessoas com o instrutor Guilherme Borotta de Campos.



MARINGÁ

### MOTOSSERRAS

O Sindicato Rural de Maringá realizou, em sua extensão de base em Paiçandu, de 23 a 27 de outubro, o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Motosserra – Corte Polivalente de Árvores. Participaram cinco pessoas com instrutor Luiz Carlos de Matos.



CIANORTE

### FRUTICULTURA

O Sindicato Rural de Cianorte organizou, nos dias 21 e 22 de setembro, o curso Trabalhador na Fruticultura Básica – Clima Tropical. Participaram 10 pessoas com o instrutor Sérgio Takashi Noguchi.



PALMAS

### OLERICULTURA

O Sindicato Rural de Palmas promoveu, de 17 de outubro a 1º de novembro, o curso Trabalhadores Agrícolas na Olericultura – Cultivo em Ambiente Protegido. Participaram 14 pessoas com a instrutora Luciana Cleci de Oliveira.





PORECATU

## PANIFICAÇÃO

O Sindicato Rural de Porecatu organizou, nos dias 17 e 18 de outubro, o curso Produção Artesanal de Alimentos – Panificação. Participaram 14 pessoas com a instrutora Celeste Oliveira Mello.



UBIRATÃ

## TRATORES DE ESTEIRA

O Sindicato Rural de Uiratã promoveu, em parceria com a prefeitura do município, entre 23 e 27 de outubro, o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Tratores de Esteira – Escavadeira Hidráulica. Participaram 12 pessoas com o instrutor Bruno Bove Vieira.



SÃO MATEUS DO SUL

## PLANTAS INDUSTRIAIS

O Sindicato de São Mateus do Sul realizou, em 30 de outubro, o curso Trabalhador no Cultivo de Plantas Industriais – Erva-mate/Plantas Industriais – Adubação, Tratos Culturais e Podas. Participaram 13 pessoas com o instrutor Luiz Carniel.



UMUARAMA

## FLORICULTURA

O Sindicato Rural de Umuarama organizou, de 18 a 20 de setembro, o curso Trabalhador na Floricultura – Básico em Floricultura. Participaram 14 pessoas com a instrutora Rosania Balasso.

# VIA RÁPIDA

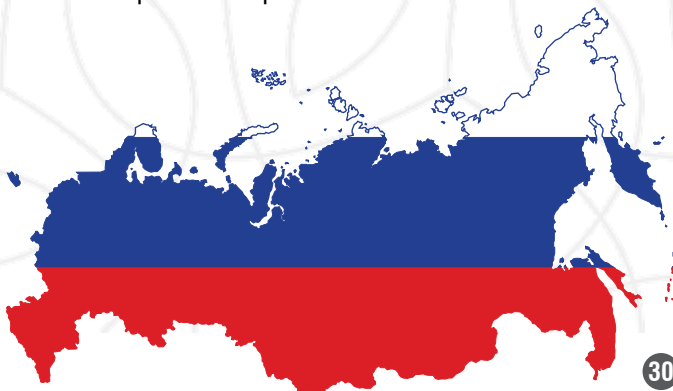


## Esqueceu a dentadura

Quem nunca esqueceu ou perdeu algo levante a mão? É tão comum que locais públicos, por exemplo, costumam possuir espaços para os famosos “achados e perdidos”. Nos Estados Unidos, a prefeitura de Portland busca o dono de uma dentadura esquecida em uma cabine eleitoral, durante a eleição municipal ocorrida no dia 9 de novembro.

## Você sabia?

A Rússia ocupa 10% da área terrestre. É o maior país do mundo e ocupa metade da Europa e um terço da Ásia. O território russo é de cerca de 17 milhões de quilômetros quadrados.



## Marsupiais

Na edição 1411 deste Boletim, na seção Via Rápida, uma nota informava que marsupiais como cangurus e coalas só existem na Austrália. O professor Adriano Abdanur enviou uma mensagem para a redação deste informativo para lembrar que outros tipos de marsupiais habitam diferentes regiões da Terra. No Brasil, informa Abdanur, temos gambás e cuícas. Agradecemos a contribuição do professor à nossa página de “entretenimento”.



## As mais visitadas

Uma pesquisa realizada pela empresa Euro-monitor International apontou as 100 cidades mais visitadas do mundo no ano passado. Hong Kong lidera o ranking com 26 milhões de visitantes em 2016. Bangkok, na Tailândia, recebeu 21,2 milhões de pessoas e aparece na vice-liderança. O Rio de Janeiro aparece só em 88º lugar, com 2,3 milhões de visitantes. O Rio é a única cidade brasileira na lista.







## Cavalo paraguaio

O termo “cavalo paraguaio”, usado popularmente para indicar algo ou alguém que perde rendimento na reta final de uma competição ou de qualidade duvidosa, surgiu no Rio de Janeiro, em 1933, após a realização do primeiro Grande Prêmio Brasil de turfe. Tudo por causa do cavalo Mossoró, que chegou na frente dos favoritos da disputa e derrubou as apostas. O animal era pernambucano, mas de origem paraguaia. Os jornais da época noticiaram que o inesperado arranque do “cavalo paraguaio” havia frustrado as expectativas de competidores nacionais e estrangeiros. O termo caiu nas graças dos brasileiros e passou a ser incorporado no vocabulário futebolístico, sendo usado para noticiar uma vitória inesperada.



**“O que sabemos é uma gota; o que ignoramos é um oceano.”**

**Isaac Newton,**  
cientista inglês (1643-1727).

## Zezinho, O Conhecido

Zezinho era muito conhecido na sua cidade, todos que passavam diziam:

- E aí Zezinho, beleza?

Em outros lugares a mesma coisa:

- E aí Zezinho, tranquilo?

E era assim todos os dias, sempre muito cumprimentado. Um amigo seu achou inacreditável e decidiu fazer uma aposta com Zezinho, garantindo que ele não era conhecido na Europa. E chegando lá:

- E aí Zezinho, beleza?

- Não é possível, todo mundo conhece ele! - dizia o amigo.

Sem dar-se por vencido levou Zezinho ao Vaticano.

- Se liga, vai lá no palco e acena para a multidão do lado do papa.

E Zezinho foi. Ao chegar lá, Zezinho ficou ao lado do papa, botou a mão no ombro dele e acenou para a multidão.

Lá de baixo seu amigo, contando vitória, chegou para um fiel e perguntou:

- Aí, você conhece aquele cara ali no palco?

E o fiel:

- Quem, aquele que está do lado do Zezinho?



## UMA SIMPLES FOTO



# SORRISO

Sorriso, diz-me aqui o dicionário, é o ato de sorrir. E sorrir é rir sem fazer ruído e executando contração muscular da boca e dos olhos.

O sorriso, meus amigos, é muito mais do que estas pobres definições, e eu pasmo ao imaginar o autor do dicionário no ato de escrever o seu verbete, assim a frio, como se nunca tivesse sorrido na vida. Por aqui se vê até que ponto o que as pessoas fazem pode diferir do que dizem. Caio

em completo devaneio e ponho-me a sonhar um dicionário que desse precisamente, exatamente, o sentido das palavras e transformasse em fio-de-prumo a rede em que, na prática de todos os dias, elas nos envolvem.

Não há dois sorrisos iguais. Temos o sorriso de troça, o sorriso superior e o seu contrário humilde, o de ternura, o de ceticismo, o amargo e o irônico, o sorriso de esperança, o de condescendência, o deslumbramento,

o de embaraço, e (por que não?) o de quem morre. E há muitos mais. Mas nenhum deles é o Sorriso.

O Sorriso (este, com maiúsculas) vem sempre de longe. É a manifestação de uma sabedoria profunda, não tem nada que ver com as contrações musculares e não cabe numa definição de dicionário. Principia por um leve mover de rosto, às vezes hesitante, por um frémito interior que nasce nas mais secretas camadas do ser. Se move músculos é porque não tem outra maneira de exprimir-se. Mas não terá? Não conhecemos nós sorrisos que são rápidos clarões, como esse brilho súbito e inexplicável que soltam os peixes nas águas profundas? Quando a luz do sol passa sobre os campos ao sabor do vento e da nuvem, que foi que na terra se moveu? E, contudo, era um sorriso.

*José Saramago*



Acesse a versão digital deste informativo:

**sistematicafaep.org.br**

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistematicafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistematicafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais



## Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do estado do Paraná  
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar  
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

## EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se                                 | <input type="checkbox"/> Falecido      |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido                             | <input type="checkbox"/> Ausente       |
| <input type="checkbox"/> Recusado                                 | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente                    |  |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado                 |  |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico |  |

## REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Responsável